

REVISORES AUDITORES



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas



Nº 86 | JULHO_SETEMBRO 2019 | Edição Trimestral | Distribuição Gratuita

XIII Congresso dos ROC



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.



A intervenção do ROC é um fator de confiança do mercado e visa proteger o interesse público

*O ROC avalia riscos, promove a legalidade
e ajuda a encontrar soluções*

SEDE:
Rua do Salitre n.º 51
1250-198 Lisboa
T 213 536 158 | 213 536 149

SERVIÇOS REGIONAIS DO NORTE:
Avenida da Boavista n.º 3477/3521, 2.º
4100-139 Porto
T 226 168 117 | 226 102 158

www.oroc.pt



Editorial

José Rodrigues de Jesus
Bastonário

Intensificar

É sempre útil voltar aos Congressos. O de setembro último - basta reler as conclusões publicadas - abana, todos, não apenas os agora ocasionais primeiros responsáveis.

Não podia ser de outro modo, foi intencional - alguns exemplos: Novas tecnologias, Criação e partilha de plataformas, Envolvi-

mento dos jovens profissionais, Atração de talentos, Reconhecimento da importância do fator humano (nas nossas casas profissionais, na Ordem), Aumento e diversificação de competências, Manutenção do ceticismo profissional consistente, Manutenção do julgamento profissional fundamentado, Aplicação apropriada das normas

de auditoria, Auditoria e Governo das entidades, Revisão legislativa, Certificação das Contas Públicas, Sustentabilidade, Ética toda (passando pelos honorários), Imagem da profissão, Papel da OROC na garantia da qualidade da auditoria.

É muito. Estamos cá, agora e no futuro.



Sumário



03



15

01 Editorial

03 Em Foco

XIII CONGRESSO DOS ROC - AUDITORIA NOVOS CAMINHOS

12 Notícias

REUNIÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PBCFT)

CONGRESSO DA ORDEM DOS ECONOMISTAS

INDEG-ISCTE – IFRS16 LOCAÇÕES

APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO RELATÓRIO SIMPLEX+ 2018 E DO PROGRAMA ISIMPLEX 2019

CONFERÊNCIA ANUAL INTERNACIONAL CIRSF

ASSEMBLEIA GERAL DO IPCG

14 Atividade Interna da Ordem

REUNIÕES COM O BASTONÁRIO

PÓS CONGRESSO

15 Temas em Debate

DESENVOLVIMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS

GOVERNO DAS SOCIEDADES, CIBERSEGURANÇA E GLOBALIZAÇÃO

MERCADOS, PESSOAS E INFORMAÇÃO

32 Mundo

RESOLUÇÃO DE DISPUTAS FISCAIS - COMO LIDAR COM A DUPLA TRIBUTAÇÃO - DOCUMENTO INFORMATIVO DA ACCOUNTANCY EUROPE

COMO GARANTIR O FINANCIAMENTO PARA AS PME? OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO DA UE – DOCUMENTO INFORMATIVO DA ACCOUNTANCY EUROPE

34 Lazer

MOMENTO DE LEITURA

35 Formação

FORMAÇÃO CONTÍNUA

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA CANDIDATOS A ROC

PLANO ATUALIZADO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA 2020



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

DIRETOR: José Rodrigues de Jesus

DIRETOR ADJUNTO: António de Sousa e Menezes

COORDENADORA: Ana Cristina Doutor Simões

CONSELHO DE REDAÇÃO: Sérgio Pontes, Jorge Campino e Ana Calado Pinto

DESIGN: Paula Coelho Dias

APOIO E SECRETARIADO: Ana Filipa Gonçalves

PROPRIEDADE / EDITOR E REDAÇÃO: Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Rua do Salitre 51 | 1250-198 LISBOA

revista@oroc.pt | NIPC : 500918937 | Tel: 213 536 158 | Fax: 213 536 149

REGISTO DE PROPRIEDADE n.º 111 313

DGCS SRIP Depósito Legal n.º 12197/87

EXECUÇÃO GRÁFICA: ACD Print, S.A. | Rua Marquesa d'Alorna 12, 2620-271 Ramada

ESTATUTO EDITORIAL EM: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/EstatutoEditorial.pdf>

Distribuição Gratuita

Tiragem 2250 Exemplares

Os artigos são da responsabilidade dos seus autores e não vinculam a OROC

**Membro
Fundador
da:**



**Membro
da:**





CONGRESSO
DOS **ROC**

AUDITORIA
NOVOS CAMINHOS
12 de setembro de 2019

EM FOCO



Intervenção do Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

José Rodrigues de Jesus

"A Ordem realiza pelo menos trienalmente o seu Congresso ordinário. Em vez da ocupação habitual de dois dias, neste ano temos apenas este, dando, assim, a oportunidade de nos encontrarmos mais amiudadamente.

Ao benefício dos revisores oficiais de contas – mitigação da falta da assembleia geral, possibilidade de nos acompanharmos mais assiduamente, maior proximidade da evolução da sociedade – fica associado o incómodo que causamos aos nossos convidados: salvo

se estes, o que espero, tenham tanto gosto em estar connosco como nós com tão gratificantes presenças.

Na pessoa de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais agradeço o favor de estarem connosco tantos e tão insignes convidados e nos Colegas Hernâni Carqueja e Ricardo Pinho, respetivamente primeiro e último inscritos na Ordem, a felicidade de reunirmos aqui muitas centenas de revisores oficiais de contas.

Procurando cingir-me a ouvir e aprender, deixo duas palavras sobre temas que me preocupam.

Este congresso, relativamente ao costume, tem alguma característica de pós-modernidade. É isso o que queremos.

Perpassam hoje por esta sala matérias que mexem com os instrumentos, os modelos, as condições em geral do nosso trabalho. É decisivo estar abertos à pluralidade das ferramentas e dos conceitos sofisticados e do modo como a economia e a sociedade estão a evoluir de modo exponencial.

Deve assinalar-se que alguma coisa está a nosso favor no aproveitamento dessa evolução: a possibilidade de progredirmos por saltos geométricos, trepando alguns degraus de uma vez só, libertos de um percurso incremental. Este aspeto, aliás, tem sido enaltecido nos variados trabalhos atinentes à era digital.

Não podemos, talvez, fazer esse percurso atômica-mente, tanto na prossecução da qualidade, como no uso de instrumentos de trabalho. Os instrumentos logísticos ao dispor não são – ou ainda não são, pelo menos em geral – suficientemente económicos em ambientes de escassa utilização, mas somos capazes de encontrar formas de cooperação que nos permitam o uso partilhado de plataformas adequadas. Temos de estar despertos para isso, devendo aqui pedir o apoio dos nossos Sub 15, admitindo que tenham de alargar a capacidade produtiva. (Os Sub 15 são os Colegas inscritos nos últimos quinze anos, sendo todos os outros Sub 15 Honorários.) Todos temos de estar empenhados, aperfeiçoando esse espírito de fazer, fazer mesmo.

Refiro-me, certamente e antes de mais, aos revisores que atuam em escala reduzida, designadamente em prática individual ou em pequenas sociedades, modelo que eventualmente se coaduna com a textura da maioria das nossas empresas e entidades do setor público, que têm, também, dimensões limitadas, mas considerando igualmente imprescindível a colaboração das e nas firmas de maior porte.

Desejamos estar à frente no quadro em que temos de brilhar positivamente: o da governação das entidades públicas e privadas. A auditoria, com a autonomia e independência a que tem de legitimamente arrogar-se, há de ser um elemento importante da governação e, o que é fundamental, de ser vista como tal.

De facto, os revisores estão no ponto terminal da credibilidade da informação financeira, ela mesma condicionada pelo comportamento da gestão e do interesse manifestado pelos diversos intervenientes no processo das respetivas entidades.

Não estão esquecidos os temas que nos afligem quanto às necessidades da nossa afirmação. Deve referir-se que nada ajuda a melhorar a nossa condição penitenciarmo-nos continuamente, quando sabemos que a evolução é muito contínua e positiva, tanto em termos de qualidade do trabalho final como da nossa habilitação profissional nos domínios da formação e da idoneidade e, bem assim, das práticas técnicas e comportamentais, tendo de sublinhar-se a permanente contribuição da Ordem, dos supervisores e da sociedade em geral.

Termino citando o número 80 do Anexo 2 do Suplemento ao Manual das Normas de Auditoria e outras: “em ambientes em que a profissão de auditoria não é bem respeitada nem lhe é dada autoridade apropriada, os auditores estarão numa posição mais fraca relativamente aos órgãos de gestão; em ambientes onde a profissão é muito respeitada ou em que lhe é conferida autoridade apropriada através dos mecanismos relevantes, será mais fácil aos auditores demonstrarem ceticismo profissional e fazerem auditorias robustas.”

Disse.”



Notas da intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

António Mendonça Mendes

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. António Mendonça Mendes, presidiu a abertura do Congresso proferindo um discurso no qual começou por enfatizar o papel da auditoria para a confiança das empresas e para a economia nacional. Referiu que todos os dias são tomadas decisões baseadas nas opiniões e relatórios de auditoria, sendo a prestação de contas um assunto de interesse público.

A confiança nas contas é um bem público com valor inestimável.

A confiança nas contas é um bem público com valor inestimável. Por um lado a crise financeira internacional e, por outro lado, os problemas detetados em entidades concretas criaram oportunidade para uma reflexão sobre a importância da informação financeira, que originou a revisão das regras de auditoria no sentido de melhorar a transparência, conferir maior rigor ao reporte financeiro, recuperando a confiança e protegendo os investidores.

Apesar do aumento de poderes da CMVM, existe um papel insubstituível da OROC na garantia da qualidade da Auditoria.

Encontram-se em curso os trabalhos para a alteração do RJROC a fim de melhorar e clarificar o regime a vários níveis, enfatizando a questão da idoneidade. A Qualidade de auditoria depende tanto da competência dos auditores como do seu nível de independência e adesão a critérios do foro deontológico. A qualidade e profissionalismo são elementos fundamentais para a criação de valor para as empresas e para a sociedade.

A OROC, elemento chave para aperfeiçoar as competências técnicas e deontológicas dos ROC, desde o acesso até ao código de conduta exigível, assegurando a preparação e formação de todos os seus elementos para os desafios da globalização e da era digital, onde a Auditoria tradicional baseada em critérios de amostragem, dará lugar a uma mais abrangente e contínua, assente na capacidade de tratar maiores volumes de informação com recurso a algoritmos de tratamento de dados, de controlo e cruzamento dos mesmos, anteriormente não possíveis com tempestividade.

Como conclusão do seu discurso de abertura, Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, deixou ficar as palavras CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA como meios para um

reporte financeiro fidedigno, credível, sério e rigoroso a fim de podermos ter empresas mais sólidas e uma economia mais capaz de atrair investimento externo.

Notas da intervenção da Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Gabriela Figueiredo Dias

Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários



Após os habituais cumprimentos e agradecimentos, a Excelentíssima Senhora Dra. Gabriela Figueiredo Dias, realçou a abertura da OROC à renovação da profissão e introdução de novas tecnologias e métodos de trabalho dizendo também a CMVM estar preparada para uma nova etapa, como entidade supervisora, para responder a estes novos desafios.

A Certificação Legal das Contas é condição essencial para a credibilidade das Demonstrações Financeiras. A sujeição da profissão de ROC a sistema de supervisão por entidade pública assenta em objetivos de Rigor. Regras de rotação obrigatória, controlos de qualidade rigorosos e recurso a sanções, quando necessário, são meios para garantir os objetivos.

Neste momento, existem várias medidas em implementação, como por exemplo a redução do elenco das Entidades de Interesse Público.

Por outro lado, a atribuição à CMVM de responsabilidades no que concerne a requisitos de Idoneidade dos ROC, levou a CMVM a procurar a conceção de um modelo mais robusto e eficiente de aferição da Idoneidade, requisito fundamental para aumentar a confiança do público face ao trabalho dos auditores.

Finalmente, a CMVM, na pessoa da Dra. Gabriela Figueiredo Dias, afirmou-se determinada a assegurar comportamentos éticos, que contribuam para a credibilização da profissão.

Afirmou haver ainda um caminho relevante a percorrer no país no que concerne à qualidade geral da Auditoria, introduzindo-se os AQL-Audit Quality Indicators: Mais um elemento para medir a qualidade da Auditoria, sustentados nos seguintes elementos:

- Experiência dos Envolvidos
- Idoneidade
- Tempos médios de execução.



A desmaterialização dos documentos, novas tecnologias e inovação comportam desafios às novas dinâmicas do exercício da profissão, nomeadamente relativamente ao aumento da importância do conhecimento do negócio e análise do sistema de controlo interno das entidades, face à crescente possibilidade de análise integral dos documentos como oposto à auditoria baseada em amostragem.

Na conjuntura atual é fundamental uma melhor e maior atitude de ceticismo profissional, exigência, rigor e crítica, constituindo um fator adicional de proteção das empresas e sobrevivência no médio e longo prazo.

A qualidade da auditoria envolve vários elementos, nomeadamente da parte dos Auditores, dos órgãos de gestão, dos órgãos de supervisão, e dos demais interessados.

Notas da intervenção do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas

Ernesto Cunha

Vice-Presidente do Tribunal de Contas

O Excelentíssimo Senhor Juiz Conselheiro Ernesto Cunha, deu início à sua intervenção referindo que o Tribunal de Contas tem acompanhado de forma especial a reforma dos sistemas contabilísticos, bem como o impacto das Auditorias na Certificação das Contas do Estado. Referiu-se aos constantes atrasos na Implementação do SNC-AP como fatores de risco na apresentação das contas públicas.

Em razão da especial relevância das contas do Estado é importante proceder à auditoria e certificação das mesmas pelo Tribunal de Contas, de uma forma homogeneizada, pelo que, a Certificação das contas do Estado surgirá como um novo requisito.

Existem incertezas, nomeadamente na falta de legislação aprovada, comprometendo a certificação das contas que integram o perímetro de consolidação e, no limite, da conta geral do Estado.

O Sucessivo adiamento do SNC-AP foi o argumento utilizado para a não consolidação em regime de acréscimo da conta geral do Estado, sendo de realçar que um número muito significativo de entidades optaram por prestar contas em SNC-AP, usando este facto como subterfúgio para submeter as contas mais tarde.

Cabe ao Tribunal de Contas avaliar o processo de prestação de contas e avaliar as contas, a seriedade e a conformidade. O Tribunal de Contas encontra-se a preparar um relatório sobre a prestação das contas em 2019 o qual oportunamente tornará público.

A Limitação de âmbito para a auditoria seria a consequência mais que provável da falta de adoção do SNC-AP. O Tribunal de Contas tem sido proativo e tem sido orientado pela mitigação da não adoção do SNC-AP de modo a reduzir os impactos negativos da não satisfação dessa necessidade.

Em todo o seu discurso o orador deixou a mensagem de ser fundamental adotar procedimentos adequados e uniformes, em cumprimento da legislação adequada, a fim de tornar as contas públicas mais transparentes, credíveis e estruturadas.



O Tribunal de Contas tem sido proativo e tem sido orientado pela mitigação da não adoção do SNC-AP de modo a reduzir os impactos negativos da não satisfação dessa necessidade.



Discurso de encerramento pelo Presidente da Comissão Organizadora do XIII Congresso

Óscar Figueiredo

"Sua Excelência o Ministro Adjunto e da Economia

Exmos. Senhores Convidados

Senhor Bastonário e Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Representativa da OROC

Caras e Caros Colegas,

Cabe-me, enquanto Coordenador da Comissão que organizou este XIII Congresso, dirigir-vos algumas palavras antes do seu encerramento por sua excelência o Ministro Adjunto e da Economia e cuja presença muito nos honra.

Começo por agradecer a todos os distintos oradores a sua disponibilidade para enriquecerem este Congresso com o seu saber, convicto de que as suas intervenções nos ajudarão a refletir sobre como trilhar novos caminhos.

Agradeço também a presença de todos os nossos convidados o que demonstra a consideração que têm por todos nós e pelo serviço que prestamos à sociedade.

Agradeço, por último, aos restantes membros da Comissão — os nossos colegas António de Sousa e Menezes e Ana Harfouche — bem como à nossa incansável Secretária-Geral Ana Cristina Doutor e a todo o Secretariado e serviços de apoio, na pessoa da D. Maria Ana Gomes, todo o empenho, competência e brio que colocaram ao serviço da Ordem para que este evento corresse da melhor forma possível.

A todos, o meu muito obrigado.

Quando há uns anos atrás se começou a discutir o futuro da auditoria, no contexto pós-crise da economia global, muitas foram as iniciativas lideradas quer por governos, quer por reguladores, quer por organismos profissionais internacionais para dar resposta às



expectativas de um vasto conjunto de stakeholders (para além dos destinatários diretos do relatório do auditor), e para mitigar a quebra de confiança que se instalou nos mercados quanto à qualidade do trabalho que desenvolvemos e quanto ao seu real valor.

Houve a nível europeu e nacional alterações significativas no quadro legal e regulamentar aplicável à atividade de revisão legal de contas e aos revisores oficiais de contas, com mecanismos reforçados de supervisão por entidades externas à profissão, com limitações de atividades consideradas conflituantes e aparentemente violadoras da independência, e com novas exigências quanto à forma e conteúdo das comunicações que os revisores oficiais de contas devem fazer, para além do que comunicam através do seu relatório.

Muitas leis e regulamentos depois e, também, muitas outras falências depois, existe claramente uma diferença de perceção pública do que é que os stakeholders no seu conjunto esperam do auditor para satisfazer as suas necessidades, e o que o auditor entrega aos stakeholders de acordo com a lei, os regulamentos e as normas profissionais atuais.

De facto, o que parece estar a passar-se, é uma alteração dos pressupostos em que assenta a auditoria às contas tradicional, ou seja, a prestação de um serviço que conduz a uma opinião sobre a informação financeira histórica na base da qual os destinatários tomam decisões. E as questões que se colocam incluem:

- Uma auditoria deve ser dirigida para satisfazer as necessidades dos acionistas e potenciais investidores, ou deve contemplar um conjunto alargado não específico de stakeholders com interesses distintos?
- Uma auditoria seria mais útil se incluísse alguma garantia de viabilidade futura e, nesse caso, isso impediria a ocorrência de falências?
- Uma auditoria deve cingir-se à expressão de uma opinião sobre a apresentação apropriada das demonstrações financeiras, ou deve incluir múltiplas opiniões que incluam, também, a informação não financeira, o desenvolvimento sustentável ou os riscos do negócio?
- Se for alargado o âmbito da auditoria a estas outras funções e responsabilidades, as atuais normas internacionais de auditoria que somos obrigados a cumprir continuam apropriadas? E deve haver normas de auditoria ajustadas a entidades de menor dimensão e complexidade?

Mas não ficamos por aqui. No Relatório Brydon a que o Alan Johnson fez há pouco referência, questiona-se até se, para mitigar even-

tuais conflitos de interesses, as firmas de auditoria não deveriam dispensar-se de prestar outros serviços para além da auditoria.

Temos um caminho a percorrer. Mas não nos iludamos. Para alterarmos a diferença de perceção pública do que é um trabalho de auditoria às contas e o valor que ela tem para a economia, temos de reconhecer os erros que cometemos e, humildemente, trabalhar entre nós e em conjunto com os stakeholders para encontrarmos soluções para mitigar essa diferença.

O escrutínio público a que temos estado sujeitos obrigam-nos a isso. Não podemos enterrar a cabeça na areia. Nem podemos estar à espera que seja sempre por via legislativa que resolvemos os nossos problemas.

O que fazer, então? Que caminhos devemos trilhar para reganhar a credibilidade e aumentar a confiança pública?

Durante o dia de hoje, ouvimos aqui vários testemunhos dos nossos brilhantes oradores sobre os novos caminhos da economia e dos negócios, da inteligência artificial impregnada nos novos processos, da digitalização e virtualização das transações, das formas cada vez mais etéreas de armazenar, comunicar e relatar informação e de a propagar à escala global, e de manter essa informação protegida de intrusão. Cada vez mais ouvimos falar de blockchain, de cryptomoedas, de machine learning, de big data.

A inovação tecnológica está a afetar a profissão profundamente pois os sistemas das entidades para recolher, processar e armazenar os dados a auditar são cada vez mais complexos e sofisticados. Os papéis que serviam de prova para a auditoria estão a deixar de circular e a informação que constava no papel está agora num desenho que vemos num monitor que a vai buscar à nuvem.

Temos de estar preparados para este desafio.

Este contexto, reforça a necessidade de dotarmos as nossas estruturas de recursos técnicos atualizados e robustos e de recursos humanos mais competentes e qualificados. É crítico o investimento que as sociedades de auditoria devem fazer na utilização e sofisticação de novas tecnologias de informação e em sistemas de trabalho adequados aos riscos que estão associados às transformações em curso. E para utilizar com eficácia e eficiência essas tecnologias e sistemas devemos procurar os recursos humanos apropriados havendo quem diga que, tendencialmente, a auditoria deixará de ser feita por auditores financeiros para passar a ser feita por auditores engenheiros.

A existência destas competências dentro das sociedades é crítica para o bom desempenho das nossas equipas e para dar mais conforto às nossas conclusões. E é crítica também a atualização per-

manente que devemos fazer através de formação contínua apropriada para conseguirmos gerir os riscos decorrentes da inovação.

A utilização de ferramentas de auditoria de base tecnológica já existentes no mercado, algumas das quais, mais uma vez, estão expostas neste Congresso, ajuda o auditor a tornar mais eficiente e eficaz a auditoria, contribuindo para a melhoria da sua qualidade. Por exemplo, a importação para as nossas ferramentas de trabalho das bases de dados das transações dos nossos clientes permite alargar as amostras dos testes que decidimos fazer para populações mais amplas proporcionando mais e melhor informação para analisar, como a identificação de anomalias e erros ou tendências.

Porém, apesar de a utilização crescente de novas tecnologias alterar a forma como obtemos a prova e como tratamos os riscos, existe um elemento central na auditoria que deve continuar a merecer a nossa atenção que é o exercício de ceticismo profissional consistente e de julgamento profissional fundamentado.

O exercício de ceticismo profissional é, também, uma preocupação dos stakeholders.

Não podemos ignorar que, por vezes, fomos complacentes com as posições tomadas pelos gestores dos nossos clientes na elaboração do relato financeiro anual. Isto pode resultar de não termos conseguido desafiar essas posições com robustez suficiente, com a competência exigida, questionando mais e melhor, procurando outras fontes de informação e de prova, não deixando perguntas por fazer e exigindo respostas até ficarmos satisfeitos. É isso que é exigido pelas normas de auditoria e é isso, também, que nos ajuda a fundamentar os nossos julgamentos.

Caras e caros colegas,

Alguns dos novos caminhos da auditoria passam necessariamente pela utilização de mais e melhor tecnologia nos nossos processos de trabalho em resposta à constante evolução tecnológica presente nos negócios desenvolvidos pelos nossos clientes.

Passam pela aplicação apropriada das normas de auditoria relevantes em cada caso.

Passam pelo exercício mais exigente de ceticismo profissional e de julgamento profissional fundamentado.

Passam, por isso, por equipas com capacidades e competências multidisciplinares adquiridas através da educação e da formação contínua.

Tudo isto é exigido pelos stakeholders. E tudo isto custa dinheiro. Por isso, os stakeholders devem pagar um preço justo. A auditoria

não pode ser vista simplesmente como uma commodity e, nesta matéria, temos uma responsabilidade que é a de não aceitar preços que não reflitam a competência e o investimento que nos são exigidos.

Não quero terminar sem fazer uma referência ao efeito que a inovação tecnológica, o conhecimento dos negócios e mercados e a existência de várias competências têm na melhoria da qualidade da auditoria, também ela com diferentes perceções.

Apesar de a qualidade da auditoria ser um conceito difícil de definir, a avaliação da qualidade depende da perspectiva de quem avalia e dos critérios e indicadores que utiliza.

Temos as nossas responsabilidades no caminho para melhorar a qualidade dos nossos serviços. Mas não se pode esquecer, nem confundir, a nossa responsabilidade com a responsabilidade dos outros.

Os auditores fazem parte do que se chama o ecossistema da cadeia de relato financeiro de uma entidade, de que fazem parte também, e em primeiro lugar, os administradores e outros membros da gestão, e os encarregados da governação e outros membros dos órgãos de supervisão e fiscalização.

Estes também têm uma responsabilidade. E quanto mais competentes e íntegros forem estes órgãos, melhor será a qualidade da auditoria. Quanto mais robustas forem as estruturas do governo societário e os valores e cultura da liderança das organizações, melhor será a qualidade da auditoria.

E só trabalhando todos em conjunto com o mesmo fim é que estaremos, todos também, em condições de contribuir para o interesse público.

Como Revisores Oficiais de Contas já enfrentámos outros desafios no passado e soubemos estar à altura de os vencer com perseverança e com humildade. E estou convicto de que os ROC, em conjunto, terão a capacidade e a vontade suficientes para percorrer os novos caminhos que temos pela frente com a dignidade e o sentido de responsabilidade que sempre nos caracterizou.

Disse."

Reunião da Comissão de Coordenação para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBCFT)

No dia 10 de julho realizou-se a reunião da Comissão de Coordenação BC/FT, tendo a Ordem sido representada pelo Bastonário, José Rodrigues de Jesus e pelo Colega Vitor Batista de Almeida.

Nesta reunião foram abordados diversos assuntos, sendo de destacar os trabalhos em curso no que respeita à revisão da lei de PBCFT e o facto de que passarão a ser abrangidas as atividades realizadas com recurso a transações de criptomoedas.

A Ordem tem acompanhado os encontros do Banco de Portugal sobre os temas relacionados com as novas formas de transações de carácter marcadamente tecnológico.

Congresso da Ordem dos Economistas

Nos dias 9 e 10 de julho realizou-se o Congresso da Ordem dos Economistas, tendo sido a Ordem representada pelo Bastonário, José Rodrigues de Jesus.

Os temas abordados foram os seguintes:

- Tecnologia e Automação;
- Demografia;
- Globalização;
- Economia;
- O papel do Economista;
- Prospetiva para 2030.

As apresentações no Congresso proporcionaram temas úteis para reflexão. O material relativo ao Congresso pode ser consultado em:

<http://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/eventos/evento.xvw?8-congresso-nacional-dos-economistas---9-e-10-de-julho-de-2019-&p=58254220>

<http://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/mini/site.xvw?p=58828722>

INDEG-ISCTE – IFRS 16 Locações

Realizou-se do dia 8 de julho de 2019 a Master Class "IFRS 16 – Locações", uma iniciativa do INDEG-ISCTE em parceria com a OROC. A OROC foi representada pela Vogal Luísa Anacoreta Correia que apresentou uma análise do reflexo da adoção da norma verificada na informação financeira entretanto publicada por diversas entidades.

A OROC e o ISCTE firmaram um protocolo de colaboração, o qual pode ser consultado no sítio da ordem na Internet na página relativa a protocolos.



Apresentação Pública do Relatório SIMPLEX+ 2018 e do Programa ISIMPLEX 2019

Realizou-se no passado dia 5 de julho, no Cineteatro Capitólio (Parque Mayer, Lisboa), a cerimónia de apresentação do Relatório SIMPLEX+ 2018 e do Programa iSIMPLEX 2019, a qual contou com as intervenções do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa e da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização, respetivamente.

O Senhor Secretário de Estado e da modernização administrativa apresentou o balanço da execução do Programa SIMPLEX + 2018. Algumas das medidas concretizadas foram conseguidas com o contributo de diversas entidades que têm participado através da Comissão para a Modernização Administrativa, em que se incluem algumas ordens profissionais, entre elas a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A Senhora Ministra da Presidência e da Modernização administrativa descreveu as principais medidas a concretizar, constantes do Programa iSIMPLEX 2019.

De realçar que entre as medidas referidas, em reunião da Comissão, em que a Ordem foi representada pelo Colega António de Sousa Menezes, prévia à apresentação pública, encontra-se a simplificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo, medida aprovada sem reservas quanto ao que possa resultar do recurso à interoperacionalidade que for possível e com aprovação reservada no que se refere a simplificação dos requisitos legais.

Conferência Anual Internacional CIRSF

No dia 4 de julho de 2019 realizou-se a conferência Internacional Anual da CIRSF sob o tema “Supervisão Financeira e Estabilidade Financeira - Uma Década Depois da Crise: Progressos Alcançados e Próximos Passos de Reforma”, tendo a Ordem sido representada pelo seu Bastonário, o Colega José Rodrigues de Jesus e pela Secretária-Geral, Cristina Doutor.

Na conferência foi realçada a importância da união bancária e coesão de supervisores, nomeadamente de diferentes jurisdições. Foi notada alguma fragilidade da supervisão por alguma falta de agilidade na produção legislativa e no acompanhamento da velocidade da evolução dos mercados e das novas formas de realização de transações.

Assembleia Geral do IPCG

Realizou-se no dia 1 de julho de 2019 a Assembleia Geral do IPCG, tendo a Ordem sido representada pelo Vogal Luís da Silva Rosa.

Na Assembleia Geral foi salientado que o código de Governo das Sociedades emitido pelo IPCG, com o apoio da CMVM, está adotado e que será promovida uma formação para não executivos.



Reuniões com o Bastonário

No início do passado mês de agosto realizaram-se várias reuniões na Ordem promovidas pelo Bastonário, o Colega José Rodrigues de Jesus, as quais foi acompanhado pelo Vice-Presidente, o Colega Óscar Figueiredo. As reuniões tiveram como objetivo colmatar a necessidade da Ordem de conhecer do modo mais concreto possível os problemas enfrentados pelos seus membros e procurar conjuntamente os caminhos adequados à construção das respostas necessárias. O Bastonário e o Vice-Presidente mantiveram também, como sempre, a total disponibilidade para a realização de reuniões ou outras formas de comunicação com quaisquer membros que pretendam contribuir para a identificação pela Ordem das questões a

abordar e para a sua solução, entendendo que todos os contactos que possam ser estabelecidos são complementos aos encontros, ações de formação e a todas as oportunidades de diálogo constantemente procuradas pela Ordem. Em concreto, foram abordados temas relacionados com a situação atual da profissão, incluindo os desafios decorrentes da evolução tecnológica, a situação do mercado, a supervisão, as alterações nas estruturas e na governação das sociedades de revisores oficiais de contas, o clima internacional e sua influência em Portugal e também honorários, rotação das firmas de auditoria e rotação de pessoal.

Pós Congresso

“Tal como tinha previsto na intervenção de abertura, fizemos um trabalho magnífico neste dia. Não era difícil pensar isso, dada a excelência dos oradores, mesmo aparte as matérias.

Há uma coisa que não previa em tão larga escala – a do trabalho de casa que levamos para fazer.”

Palavras de encerramento de

José Rodrigues de Jesus

Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Os temas trazidos pelo Congresso, testemunhados por cerca de 700 participantes, e a qualidade das reflexões sobre eles feitas pelos oradores convidados, impulsionam ações. A Ordem deve agir e deve apelar a todos os profissionais que, de modo coeso, se envolvam nas ações a empreender.

A partir do exposto no Editorial, elencam-se os temas suscitados, a ser objeto de ação no futuro próximo, ainda sem o desdobramento que merecerão:

Novas tecnologias	Revisão legislativa
Partilha de plataformas	Certificação das Contas Públicas
Envolvimento dos jovens profissionais	Sustentabilidade
Atração de talentos	Conhecimento dos negócios e mercados
Reconhecimento da importância do fator humano	Satisfação dos interesses dos stakeholders
Aumento e diversificação de competências	Honorários justos
Manutenção do ceticismo profissional consistente	Relação com os media
Manutenção do julgamento profissional fundamentado	Melhoria da imagem da profissão
Aplicação apropriada das normas de auditoria	Papel da OROC na garantia da qualidade da auditoria
Governo das entidades	



CONGRESSO
DOS **ROC**

AUDITORIA
NOVOS CAMINHOS
12 de setembro de 2019

Temas em debate



DESENVOLVIMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS



Novos Caminhos Portugal / China – Globalização

Fernanda Ilhéu

Professora do ISEG, Investigadora

A professora Fernanda Ilhéu, começou por referir que Portugal está neste momento, no ponto inicial de um novo patamar de relacionamento externo, no qual estão a emergir e a ser trabalhadas algumas ideias.

Tradicionalmente, quem se aproxima do mercado chinês, fá-lo através do Comércio, onde está subjacente o caminho tradicional da Exportação. Este caminho não é o mais indicado para fomentar o mercado com a China. A estratégia mais favorável assentará no investimento local.

Desde 2011, tem aumentado o fluxo de importações da China para Portugal, resultando numa balança comercial mais favorável para Portugal. Este balanceamento tem vindo a sofrer uma erosão, de forma mais evidente nos últimos dois anos, tornando evidente o

colapso da abordagem comercial. No entanto, a balança de serviços tem evoluído no sentido contrário, tendo um crescimento mais visível nos últimos anos.

A estratégia de entrada da China em Portugal passa pelo Investimento, fundamentalmente assente em fusões e aquisições. O Primeiro investimento remonta a 2011, com a entrada na EDP, focando-se primordialmente nos setores da energia, financeiro e telecomunicações.

Após a contextualização histórica, a Dra. Fernanda Ilhéu apontou como palavra-chave para os Novos Caminhos: a COOPERAÇÃO, no contexto do Comércio e investimento.

Em 2019, o presidente da China Xi Jinping assinou 17 memorandos de entendimento com Portugal, tendo particular relevância a Cooperação Económica através da iniciativa Faixa e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), considerando a nova Rota da Seda a do Séc. XXI, que, no caso concreto das relações com Portugal, consiste num acordo de cooperação dos dois países em promover a criação e desenvolvimento de infraestruturas de transportes, logísticas e digitais, que sirvam de pontes entre ambos.

Generalizadamente, a iniciativa faixa e rota é fundamentalmente Económica e tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento de um novo modelo de cooperação global entre governos e organizações não governamentais, contando já com a adesão de 125 países e 29 Associações internacionais.

Conhecimento, Conectividade, Confiança e Cooperação são as palavras de ordem no que concerne a esta iniciativa, sendo a mesma vista como o projeto mais relevante num contexto de cooperação Sul-Sul, consubstanciando o melhor caminho no sentido de se conseguir uma prosperidade partilhada.

Seguir-se-á uma nova fase de abertura do mercado chinês, assente num novo modelo económico. A China quer migrar de um modelo de “Fábrica do Mundo” para um modelo de “Escritório do Mundo”, nomeadamente no que concerne à cativação de investimento. Esta mudança de estratégia retirou cerca de 720 milhões de pessoas do limiar da pobreza, havendo a preocupação de conseguir o crescimento do rendimento per capita, evitando, tanto quanto possível, a armadilha de não identificar as disparidades escondidas pelo indicador “rendimento médio”.

Finalmente e, no que concerne a ameaças futuras, a China está a angariar “Hard Power” tanto em termos de armamento militar como em termos de Inteligência Artificial, identificando a sua própria fragilidade num contexto internacional e, procurando colmatá-la dessa forma. A China é vista por uma generalidade de pessoas como o desafiador dos Estados Unidos. Contudo, a China rejeita



a possibilidade de uma nova bipolarização mundial em favor de um mundo multipolar, assente em Conhecimento, Conectividade, Confiança e Cooperação.

“...a China rejeita a possibilidade de uma nova bipolarização mundial em favor de um mundo multipolar, assente em Conhecimento, Conectividade, Confiança e Cooperação.”

Dos Drones aos Sistemas Autónomos: Inquietações Jurídicas

Padre Afonso Seixas Nunes

Sacerdote Jesuíta e Docente na Universidade de Oxford

O Pe. Afonso Seixas Nunes, sempre bem-humorado e bastante ilustrativo, começou a sua intervenção por esclarecer que, não enjeitando a sua vocação eclesial, a sua área de investigação, onde focaliza as suas energias e trabalho é a dos Sistemas Armados Autónomos, sendo a sua face mais visível os *Drones*.

Um Sistema Armado Autónomo tem as seguintes capacidades: Recolher informação através da observação num contexto interno ou militar, processar a informação, seleccionar cursos de ação e eliminar (*Engage*), escolhendo o melhor curso de ação para atingir o objetivo proposto.

Autónomo quer dizer que todo o processo acima descrito é programado e predeterminado *a priori* e acontece sem necessidade ou

seguir a possibilidade de intervenção humana, desde o momento em que o sistema é ativado – OODA LOOP (Observe, Orient, Decide and Act) – *The man is Out of the loop*, removendo o fator humano da equação.

Nestes casos, é o sistema que, sem intervenção humana e, em função da ameaça identificada, decidirá autonomamente o curso de ação optando entre uma ação que poderá passar pela imobilização do alvo, ou escalar até à sua eliminação.

Um DRONE é um sistema desabitado cuja atuação depende da intervenção humana, onde o piloto toma as decisões e executa as ordens.



Os drones, assim como a tecnologia em geral, são apresentados em dimensões cada vez mais reduzidas, mantendo a mesma vitalidade e operacionalidade que os sistemas de dimensões maiores.

Esta evolução provoca uma Dissociação do Risco, distanciando fisicamente o agressor da vítima. A utilização de Drones provoca uma total dissociação do risco, ainda que os pilotos do drone registem um risco pós-traumático (do foro Emocional e Psicológico) maior em cerca de 80% do que nos militares de campo. Este fator tem origem no facto de terem uma visão da vida do alvo militar mais abrangente, desenvolvendo empatia pelo inimigo, sustentada em horas de observação do alvo, conhecendo-o em todas as vertentes da sua vida.

O Bee drone, que obteve esse nome pelas semelhanças em tamanho e capacidade de funcionar em conjunto com outros seus pares (*Swarm*), foi produzido através de uma parceria entre a Phillips, responsável pela parte de hardware e a Inglaterra, responsável pela parte de software. Este dispositivo autónomo está dotado de 3 venenos, não dependendo da intervenção humana depois de ativado.

A problemática da responsabilização, isto é, estabelecer uma correspondência direta entre a execução da ação e a pessoa responsável nestes sistemas, conduziu a que se tenha seguido o caminho da supervisão por humano, o que tem eficácia reduzida, dada a velocidade a que estes sistemas operam.

A problemática da responsabilização, isto é, estabelecer uma correspondência direta entre a execução da ação e a pessoa responsável nestes sistemas, conduziu a que se tenha seguido o caminho da supervisão por humano, o que tem eficácia reduzida, dada a velocidade a que estes sistemas operam.

Inteligência Artificial

Arlindo Oliveira

Presidente do Instituto Superior Técnico

O Professor Arlindo Oliveira deu início à sua intervenção caracterizando Inteligência Artificial e Machine Learning, referindo que historicamente está verificado que o ser humano é melhor a desenvolver as tecnologias do que a prever o futuro que lhes está reservado. Tal foi ilustrado pela referência à crise ambiental do séc. XIX em que, dado que a locomoção era baseada fundamentalmente na tração animal, a quantidade e concentração de cavalos nos grandes centros urbanos que existiam à época, surgiram estudos que



O paradigma atual não está em identificar o que se pode ou não fazer mas sim em identificar o que é necessário fazer e a forma como o conseguir. A robótica tem que provar o cumprimento do princípio da distinção tanto como a aferição do que seja excessivo em termos de danos colaterais.

Finalmente, o Pe. Afonso Seixas Nunes, identificou o risco de que os sistemas autónomos terão sempre as suas vulnerabilidades, nomeadamente ao nível das Interferências externas indesejadas, p.e. pelos sistemas vulgarmente conhecidas como Hacks.

Existe neste momento um vazio jurídico, assente na dificuldade extrema em identificar a pessoa responsável associada à atuação dos sistemas autónomos, incorrendo, nomeadamente, no risco de uma descriminalização do direito internacional de guerra.

Finalmente e, em jeito de conclusão, o orador manifestou a sua preocupação sobre a posição do governo português, identificando letargia e desinteresse por uma problemática cada vez mais na ordem de trabalhos a nível mundial.

diziam que em 30 anos as cidades estariam soterradas em estrume animal.

A Lei de Amara (Roy Charles Amara) diz que “*Tendemos a superestimar o efeito de uma tecnologia no curto prazo e a subestimar seu efeito no longo prazo*”. Isto acontece porque a tecnologia desenvolve-se de uma forma exponencial, isto é, qualquer coisa que se mul-

tiplique por um fator, após um período de tempo, conduz a um crescimento muito rápido, ainda que ao início o possa não aparentar.

Assumindo como verdadeiro o pressuposto de que o cérebro humano é, na sua essência, equivalente a um computador, por princípio, pode afirmar-se que o que é possível fazer com o cérebro também o será num computador. Foi esta ideologia que conduziu ao aparecimento da Inteligência Artificial.

Existem dois tipos de Inteligência Artificial, a Sintética e a Bioinspirada. A primeira tem pouco a ver com o funcionamento do cérebro humano e a segunda assenta na ideia de reproduzir o funcionamento do cérebro humano.

Quando se fala em Inteligência Artificial, nos dias de hoje, é comum referir-se à Sintética, que se caracteriza por um conjunto de técnicas que têm vindo a ser utilizadas ao longo das últimas sete décadas, havendo avanços significativos na forma como o conhecimento é representado nos computadores.

Existem inúmeras aplicações para a Inteligência Artificial nos dias de hoje, podendo ser classificadas em grandes áreas, como sendo:

Análise de dados, onde as grandes corporações de hoje obtêm valor para si próprias através da forma como tratam os dados que armazenam dos seus clientes e parceiros, como por exemplo Microsoft, Apple e Google.

A utilização da Inteligência Artificial para substituir funções desempenhadas por seres humanos, onde se encaixa a condução automática, os bots de resposta automática nos *call centres*, análises de imagens médicas para diagnóstico e inclusivamente operação de equipamentos militares, sendo estas funções que podem ser automatizadas, total ou parcialmente e que levantam questões, nomeadamente, no que concerne às adaptações da força de trabalho e índices de desemprego.

Uma terceira grande área da Inteligência Artificial, esta mais filosófica, que consiste na ideia de uma inteligência artificial tão geral e tão flexível que se assemelhará à de um ser humano. Trata-se de algo que neste momento não existe e, em última análise poderá nem ser concretizável.

Existe uma tecnologia que representa um papel fundamental na Inteligência Artificial que é o *Machine Learning*. Uma aprendizagem automática que consiste em alimentar um número muito grande, na ordem dos milhões, de pares entre *inputs* e respetivos *outputs* utilizando a máquina para *aprender*, isto é, processar qualquer *input* introduzido e, de acordo com as semelhanças com os restantes *inputs* conhecidos pelo sistema, identificar o *output* adequado. Isto trás possibilidades infinitas, nomeadamente com impacto na Auditoria no que concerne à capacidade de processamento automático de documentos.

Neste momento, é possível treinar sistemas para, a partir de documentos, fazer os respetivos lançamentos contabilísticos, possibilitando uma redução do risco de fraude e maximizando a capacidade de deteção de erros, desvios orçamentais ou de política. É de crer que, em aplicações simples como estas, os erros que ocorram sejam em pequena quantidade e facilmente detetados. Contudo,



as redes neuronais são muito complexas e nem os programadores as conhecem integralmente, dado que o programa que é gerado através do recurso a uma rede neuronal não é compreensível e, apesar de serem testadas em várias realidades, a aplicação prática confrontar-se-á sempre com situações novas e imprevistas.

“... as redes neuronais são muito complexas e nem os programadores as conhecem integralmente, dado que o programa que é gerado através do recurso a uma rede neuronal não é compreensível e, apesar de serem testadas em várias realidades, a aplicação prática confrontar-se-á sempre com situações novas e imprevistas.”

A título de conclusão, o orador referiu que existe uma recomendação do Parlamento Europeu apontando para que sistemas destes, quando dotados de autonomia suficiente e independentes da intervenção humana, devessem ser dotados de personalidade jurídica, tornando-os juridicamente imputáveis. Contudo, embora esta questão tenha sido levantada, foi considerada prematura, apesar de a problemática de sistemas militares autónomos ter implicações imediatas.



GOVERNO DAS SOCIEDADES, CIBERSEGURANÇA E GLOBALIZAÇÃO



Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019 - 2023

António Gameiro Marques

Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança

Relativamente a este tema iniciou o debate o orador Contra-Almirante António Gameiro Marques, Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança, começando por sublinhar que não há desenvolvimento económico digital sustentado sem segurança uma vez que, sem segurança, deixa de existir confiança. Vivemos num mundo completamente ligado, também do ponto de vista lógico, através de aplicações onde circulam dados que se transformam em informação, dando o exemplo de balanços e outros documentos contabilísticos, e que visam o conhecimento. E isto é transversal à sociedade. A cibersegurança é um tema que diz respeito a todos e não apenas aos técnicos de informática dado que condiciona a nossa forma de viver.

“... Vivemos num mundo completamente ligado, também do ponto de vista lógico, através de aplicações onde circulam dados que se transformam em informação...”

Vivemos num mundo onde a incerteza é uma realidade e essa incerteza é amplificada pelo digital. Com base neste conceito da



transversalidade e incerteza podemos olhar para a cibersegurança em quatro dimensões: dimensão de defesa que em Portugal se consubstancia através do Centro de Ciberdefesa; de segurança interna; de mercado e, por último a dimensão de liberdade na internet. Esta quarta dimensão é a que tem enfrentado maiores ameaças nos dias de hoje.

Por todas estas componentes os Estados-membros consideraram ser necessário haver uma estratégia, estratégia esta que foi publicada em Portugal em 5 de junho e que se designa por Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço. Esta Estratégia alicerça-se em princípios que orientam a sua execução, nomeadamente os princípios da subsidiariedade, da complementaridade e da proporcionalidade. Apresenta igualmente como objetivos a maximização da resiliência, a promoção da inovação e a geração e garantia de recursos e apoia-se em seis eixos de atuação: estrutura de segurança

do ciberespaço; prevenção, educação e sensibilização; proteção do ciberespaço e das infraestruturas; resposta às ameaças e combate ao cibercrime; investigação, desenvolvimento e inovação e, por fim, a cooperação nacional e internacional. Esta Estratégia tem um plano de ação a ser apreciada pela Tutela e que será monitorizado, estando igualmente em curso um plano de comunicação.

Foi sugerida a criação de cursos *online* para capacitar as pessoas na área da cibersegurança com o objetivo de as informar e fornecer dicas de comportamento mais seguro.

O orador destacou ainda que, embora dependamos cada vez mais de tecnologia, não devemos deixar que seja a tecnologia a determinar como devemos ser, viver e comportar. O ser humano deve estar sempre na liderança.



A União Europeia Sob Ataque e a Questão da Confiança

Nicolau Santos

Presidente da Lusa, Jornalista

Nicolau Santos, jornalista e presidente da LUSA, denominou a sua apresentação: “a União Europeia sob ataque”, e chamou a atenção para dois problemas da atualidade: a confiança e as redes sociais.

Subscrevendo as palavras do orador anterior, salientou que a tarefa de proteger as nossas sociedades depende de todos nós. Revelou que em 22 dos 28 Estados membros da UE os movimentos de direita nacionalista e de extrema-direita já estão presentes no poder ou nos parlamentos, o que pode vir a destruir a UE pelas ideias extremistas, xenófobas e racistas que defendem e que são contrárias aos princípios fundamentais da UE. Paralelamente, o presidente dos EUA, Donald Trump, tem efetuado declarações polémicas sobre a integração da UE, a China pediu adiamento para a entrada em vigor das sanções definidas pelos EUA para aplicar à compra de produtos chineses, as economias da Alemanha, Itália e Reino Unido entraram já em terreno negativo e, recentemente, Mario Draghi anunciou a descida da taxa de juro e retoma de compra de títulos da UE. Tudo isto é um sinal que a Europa está a entrar numa situação difícil do ponto de vista económico. A própria economia norte americana tem sofrido uma perda de competitividade com a política protecionista que tem vindo a ser seguida pela administração.

A palavra chave para sairmos desta situação é confiança. Tem de haver confiança entre quem estabelece relações comerciais, profissionais e políticas e as redes sociais não ajudam nesta matéria. Têm grupos organizados para desenvolver ideologias que minam a credibilidade de países, governos, pessoas e empresas. Neste campo, os auditores, os ROC e supervisores desempenham um papel fundamental em garantir que de parte dos cidadãos possa haver confiança nas empresas.

“...Tem de haver confiança entre quem estabelece relações comerciais, profissionais e políticas.”

Referiu também à sustentabilidade, hoje exigência também da sociedade para manutenção da confiança nas empresas ou outras entidades, incluindo governos. Foi publicado recentemente um relatório encomendado pela ONU sobre desenvolvimento sustentável para 2019 que colocou Portugal no 26º lugar de um total de 162 países avaliados, o que deve ser um motivo de orgulho apesar de todos os nossos problemas e lacunas.

MERCADOS, PESSOAS E INFORMAÇÃO



Sustainable Finance

Isabel Ucha

Presidente da Euronext

Este tema teve um painel de oradores composto por Isabel Ucha, Presidente da Euronext, por Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses e Alan Johnson, Vice-Presidente da IFAC.

“... As green bonds são títulos de dívida que têm a particularidade de terem de cumprir determinados objetivos de natureza ambiental, climáticos ou de natureza social que contribuam para o desenvolvimento sustentável...”

Deu início ao debate a Dra. Isabel Ucha chamando a atenção para o tema das Finanças Sustentáveis e referindo o exemplo da primei-

ra emissão em Portugal de *green bonds* (obrigações verdes) pela Sociedade Bioelétrica do Mondego com o objetivo de financiar uma central de produção elétrica alimentada a biomassa. As *green bonds* são títulos de dívida que têm a particularidade de terem de cumprir determinados objetivos de natureza ambiental, climáticos ou de natureza social que contribuam para o desenvolvimento sustentável. O seu processo de certificação, apesar de ainda ser voluntário, no futuro contemplará aspetos de caráter obrigatório.

Foi destacado o Programa da Comissão Europeia sobre a promoção das Finanças Sustentáveis que procura estimular as instituições financeiras e o mercado de capitais a serem mais ativos na promoção de instrumentos financeiros que permitam atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e do Acordo de Paris. O plano de ação já foi apresentado com um conjunto de medidas e iniciativas associadas e que têm vindo a ser publicadas à medida que são aprovadas. Algumas dessas ações passam pelo desenvolvimento de uma taxonomia de atividades sustentáveis



que visa ser um referencial europeu do que se consideram ser atividades que contribuem para os objetivos de sustentabilidade. Essas atividades abrangem a criação de *standards* e *labels* para produtos financeiros verdes, a integração dos temas da sustentabilidade nas

notações de rating/risco de crédito e o reforço da divulgação das regras contabilísticas em matéria de sustentabilidade. Neste último caso, é de referir a intenção de revisão da IFRS 9 no que respeita a um registo de mais longo prazo nos investimentos.

Francisco Miranda Rodrigues

Bastónio da Ordem dos Psicólogos Portugueses

O Bastónio da Ordem dos Psicólogos, Francisco Miranda Rodrigues, quis começar por referir-se a José Rodrigues de Jesus, Bastónio da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Disse não poder afirmar não ter ficado surpreendido com o convite do Bastónio para intervir no Congresso, mas ter de reconhecer que ser surpreendido por este Bastónio, não é surpresa nenhuma.

Entrando no tema, apontou que a história tem dado evidências de que, apesar das transformações tecnológicas, o fator humano continua a ser essencial.

Chamou a atenção para alguns aspetos da nossa profissão, nomeadamente os fatores de risco de fraude, a independência da mente, declaração escrita e ceticismo profissional. No que respeita ao risco de fraude questionou se se separa a fraude do erro nas zonas cinzentas de ambos e se os sistemas têm condições de nos proteger destas situações. Na independência da mente considerou relevante um maior conhecimento sobre os erros de perceção afetam a nossa tomada de decisão. Quanto à declaração escrita, esta poderá ser melhorada se for exigida uma declaração no início do processo e não apenas no fim dado que poderá reduzir os riscos



associados. Por último, relativamente ao ceticismo profissional, comentou tratar-se de um fator muito protetor, mas podendo ser ao mesmo tempo um risco acrescido junto dos clientes.

A OCDE divulgou em 2018 o documento “Behavioural Insights for Public Integrity” com um conjunto de recomendações de boas práticas com base em evidência científica na psicologia. Tendo em conta a área de auditoria, o orador destacou três áreas: a arquitetura da escolha na tomada de decisão de cada um, a área da simplificação que reduz riscos e a gestão do risco onde vamos buscar a nossa experiência para avaliar a probabilidade de ocorrer um incidente.

Revelou ainda a importância dos riscos psicossociais, como por exemplo o stress e *burnout* que originam muitas vezes o presentismo e absentismo, e que podem levar a perdas nas organizações. Neste campo o papel das lideranças é fundamental, tendo em conta os aspetos que contribuem para estes riscos, como o facto

de as pessoas se sentirem valorizadas e apreciadas no local de trabalho, terem um sentimento de honestidade e abertura por parte da gestão, estarem seguras de que se podem expressar, e mesmo errar e correr riscos.

Olhando para o futuro, revelou que “as pessoas podem diferenciar-se sendo pessoas” e sobre a sua substituição, disse: “tudo indica que continuaremos a fazer o que sempre fizemos, ou seja, deixando de fazer sempre as mesmas coisas. O futuro das nossas profissões será o que fizermos delas.”

“... tudo indica que continuaremos a fazer o que sempre fizemos, ou seja, deixando de fazer sempre as mesmas coisas...”

Audit: A Global Perspective

Alan Johnson

Vice-Presidente da IFAC

Por último, tomou a palavra o orador Alan Johnson, Vice-Presidente da IFAC - International Federation of Accountants, que sublinhou o esforço que deve existir para atrair estudantes e novos talentos para a nossa profissão. O mercado tem sido mais exigente e, tendo em conta a queda de confiança que se fez sentir com a crise global, a nossa profissão tornou-se essencial para recuperar esta confiança na sociedade.

A IFAC identificou oito Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos quais a profissão pode ter impacto:

- educação de qualidade;
- igualdade de género;
- trabalho digno e crescimento económico;
- indústria, inovação e infraestruturas;
- produção e consumo sustentáveis;
- ação climática;
- paz, justiça e instituições eficazes; e
- parcerias para a implementação dos objetivos.

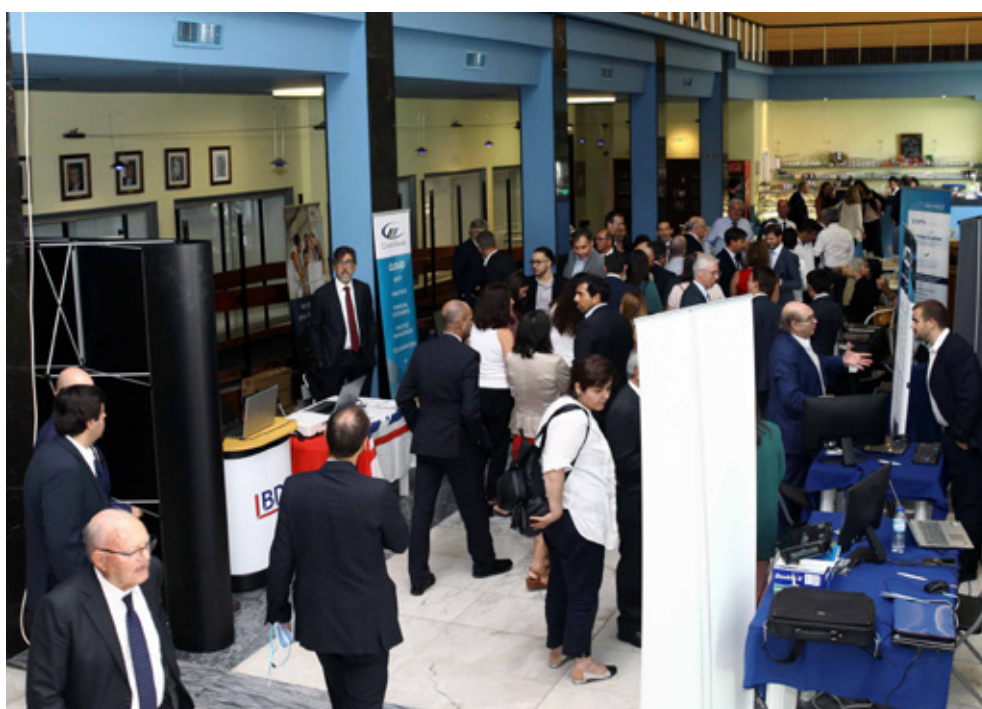
“Somos a única profissão que partilha standards globais e deveríamos ter orgulho nisso, para além de termos a extraordinária oportunidade de contribuir para o Desenvolvimento Sustentável.”

Somos a única profissão que partilha standards globais e deveríamos ter orgulho nisso, para além de termos a extraordinária oportunidade de contribuir para o Desenvolvimento Sustentável.





Alguns momentos de convívio no âmbito do XIII Congresso







Às entidades que aceitaram conceder o seu patrocínio para a realização deste congresso, a Ordem expressa os seus agradecimentos.



08h30 RECEÇÃO DOS PARTICIPANTES

09h00 SESSÃO DE ABERTURA

José Rodrigues de Jesus

Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Dr. António Mendonça Mendes

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Dra. Gabriela Figueiredo Dias

Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Conselheiro Ernesto Cunha

Vice-Presidente do Tribunal de Contas

10h30 Coffee break

11h00 DESENVOLVIMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS

Professora Fernanda Ilhéu

Professora do ISEG, investigadora

Padre Afonso Seixas Nunes

Sacerdote Jesuíta e Docente na Universidade de Oxford

Professor Arlindo Oliveira

Presidente do Instituto Superior Técnico

12h30 Almoço

**14h30 GOVERNO DAS SOCIEDADES,
CIBERSEGURANÇA E GLOBALIZAÇÃO**

Contra-Almirante António Gameiro Marques

Diretor-Geral do Gabinete Nacional de Segurança

Nicolau Santos

Presidente da LUSA, jornalista

**16h00 Coffee break
e TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO PARA AUDITORIA**

Espaço livre para contactos com os patrocinadores

16h45 MERCADOS, PESSOAS E INFORMAÇÃO

Dra. Isabel Ucha

Presidente da Euronext

Dr. Francisco Miranda Rodrigues

Bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses

Alan Johnson

Vice-Presidente da IFAC

18h15 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Óscar Figueiredo

Coordenador da Comissão Organizadora do XIII Congresso

Professor Pedro Siza Vieira

Sua Excelência o Ministro Adjunto e da Economia

José Rodrigues de Jesus

Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PROGRAMA



**AUDITORIA
NOVOS
CAMINHOS**

12 setembro 2019 | Fórum Lisboa



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.



A Ordem agradece o patrocínio e participação no Congresso das empresas fornecedoras de softwares úteis à auditoria.

CentralGest
software de gestão

Preço exclusivo para membros da OROC!

ANALISADOR SAFT

Versão grátis até 20000 registos

FATURAÇÃO
CONTABILIDADE
AUDITORIA
E-FATURA / AT
SVAT

Protocolo com:
ORDEN DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

www.centralgest.com/software/analizador-saft

IDEA

A ferramenta certa para análise de dados

IDEA® é um software abrangente, poderoso e fácil de usar, que analisa 100% dos seus dados, garante a integridade dos dados e executa 'data analytics' de forma rápida e eficiente em auditoria.

obter informação
Explorar & Visualizar
Conectar & Consolidar
Registar todos os passos

JDF
análise e controlo de dados, lda.

CASEWARE
IDEA Distributor

www.jdf-dados.pt

DRAI SAFT

AUDITORIA INFORMÁTICA

CYBER SECURITY

AUDITORIA TRANSAÇÕES DO SAFT
PROCEDIMENTOS AUTOMÁTICOS

FUNCIONALIDADES + INTELIGENTES

- ✓ Procedimentos Automáticos de Auditoria Sobre Todas as Transações
- ✓ Facilidade de Configuração de Outros Procedimentos
- ✓ Compilação Automática de Informação para Revisão Analítica

OPERAÇÕES + SIMPLES & RÁPIDAS

- ✓ Utilização Muito Intuitiva
- ✓ Importação Automática de Dados de Grande Dimensão
- ✓ Exportação de Dados para Diferentes Formatos (Excel, PDF, etc.)
- ✓ Tutorial Para Formação

Compatível com Windows / Mac
Compatível com computadores, tablets e smartphones
Sem necessidade de instalação

PARCERIA:

BDO

AUDITORIA ÀS CONTAS

REVISÃO/AUDITORIA ÀS CONTAS

- ✓ Controlos Gerais de TI
- ✓ Controlos Aplicacionais de TI
- ✓ Técnicas de Análise de Dados (Data Analytics)
- ✓ IS Audit em Sistemas ERP
- ✓ Segregação de Funções
- ✓ Journal Entries Testing

PROJETOS ESPECÍFICOS

- ✓ Controlos e Riscos TI
- ✓ Relatórios ISAE 3402 e SOC 1,2,3
- ✓ Projetos à medida: IT Desk-Reviews, IT Due-Diligences, Procedimentos Acordados TI

REVISÃO/AUDITORIA ÀS CONTAS

- ✓ Identificação de cyber-incidentes
- ✓ Avaliação da gravidade e impacto financeiro dos cyber-incidentes
- ✓ Avaliação do Impacto nas DF's do cyber-incidente
- ✓ Inclusão de representações específicas na decl. órgão gestão
- ✓ Avaliação de cyber-incidentes vs deficiências no controlo interno

PROJETOS ESPECÍFICOS

- ✓ Vulnerability and penetration testing
- ✓ Proteção de dados e Intrusão Ilícita
- ✓ Digital Risk Management (DRM)
- ✓ Incident and Response Management
- ✓ Cybersecurity awareness

A BDO dispõe de equipas de IT Risk & Security (ITRS) e de Information Systems Audit (IS Audit) com experiência numa ampla variedade de setores e sistemas de TI, e possui certificações profissionais reconhecidas internacionalmente (Certified in Risk and Information Systems Control, Certified Information Systems Auditor, ISO 27001, entre outras)

Contactos: +351 217990420
bdo@bdo.pt
www.bdo.pt

BDO

Somos os sócios tecnológicos da sua firma de auditoria.
Powerful solutions for auditors.
www.asdaudit.pt

ASD Auditor Software global, solução local.
Aplicação para a gestão completa de trabalhos de auditoria em todas as suas fases

- Total conectividade e trabalho simultâneo entre escritórios, equipas de auditoria, controlo de níveis, acessos e tempos.
- Importação rápida e flexibilidade para adaptar-se a qualquer estrutura de plano de contas.
- Máxima capacidade de Reveio analítico de dados, planeamento com base nos riscos, cálculo da Materialidade e Amostragem Estatística.
- Cálculo e seleção automática de amostras para circularização, controlo e análise, configuração da estrutura de papéis de trabalho automáticos.
- Pasta completa do exercício: facilita a visão global da auditoria para sua supervisão e controlo.
- Adaptado às normas internacionais de auditoria (ISA) e requisitos de qualidade internacionais.

ASD Confirmation  **Rápido, Seguro, Económico.**
Plataforma web para o envio de circularizações a terceiros

- Todas as suas confirmações numa única plataforma segura.
- A execução do envio e a confirmação da resposta estão a um só clique de distância.
- Controla e garante todo o processo, envio, confirmação, identificação do terceiro e resposta, tudo em tempo real.
- Minimiza o risco de fraude, as suas confirmações com token único, não viajam pela rede e permanecem na nossa plataforma encriptada.
- Cumprimento da Normativa Internacional sobre confirmações a terceiros (IFAC).

www.asdconfirmation.com

Av. António Serpa, 32, 9C
1050-027 - Lisboa
T (+351) 21 795 11 23
info@asdaudit.pt

ASD Auditing Software Distributor
ESPAÑA - PORTUGAL - BRASIL - AMÉRICA LATINA

> Carrega dados em poucos minutos > Software intuitivo
> Pc, tablet ou smartphone www.sipta.pt
> Múltiplos utilizadores em tempo real **Simplifique o seu dia a dia!**

SIPTA | Sistema Informático de Papéis de Trabalho de Auditoria

O SOFTWARE DE AUDITORIA
Tecnologia, competência e profissionalismo ao serviço da auditoria.

Aumente a produtividade das suas equipas
Garanta a eficiência e eficácia dos processos
Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) 

Otimização de processos críticos, intensivos e repetitivos

- ✓ Planeamento
- ✓ Materialidade, identificação e avaliação dos riscos
- ✓ Programas de trabalho
- ✓ Amostragem estatística e não estatística (com extrapolação)
- ✓ Testes substantivos e de conformidade (com conclusões)
- ✓ Circularização com respostas diretas na plataforma online
- ✓ Demonstrações financeiras
- ✓ Controlo de qualidade
- ✓ Reporte e outros

Se tem perguntas, nós temos respostas, contacte-nos!

Peça a sua demonstração em www.sipta.pt
geral@sipta.pt
239 918 214
239 466 048
964 197 617

Desenvolvido por: **WIS4** Em parceria com: **DOGNADIS**
Web Integrated Systems, Lda A PROTECTOR COMPANY

SOFTWARE DE AUDITORIA LÍDER MUNDIAL

EFICIÊNCIA
SEGURANÇA
PLANEAMENTO
CONTROLO
PROGRAMAS DE TRABALHO
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS
REDUÇÃO DE PAPEL

CASEWARE

Ferramenta de vanguarda à sua medida

WORKING PAPERS

Dinamize o seu trabalho de Auditoria/Revisão de Contas e de Consolidação de Contas com a ferramenta utilizada pelas principais networks internacionais, adaptável à sua dimensão e exigências. Trabalhe em conformidade com as normas nacionais e internacionais de auditoria e de contabilidade.

Prémios Internacionais
WINNER International Accounting Awards 2015
Winner Accounting

INOBEST Consulting

Para mais informações contacte-nos através do 229 445 680
caseware@inobest.com | www.inobest.com | www.caseware.com
Distribuidores para: Portugal, Angola e Cabo Verde

PEPDATA

É DOS QUE CUMPRE OU DOS QUE ARRISCA?

A solução nacional para o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (Lei 83/2017)

www.pepdata.pt

Resolução de disputas fiscais - Como lidar com a dupla tributação - Documento Informativo da Accountancy Europe

No passado dia 1 de julho de 2019, entrou em vigor a Diretiva da UE sobre resolução de disputas fiscais (2017/1852). A Diretiva estabelece um novo processo para a resolução de disputas fiscais na UE. Tanto os Estados-Membros como os contribuintes têm novas obrigações e oportunidades ao abrigo desta legislação.

Contabilistas, auditores e consultores devem estar preparados para conhecer esta nova disposição e para apoiar as empresas no processo de garantia de um resultado eficiente e justo em casos de dupla tributação.

A Accountancy Europe preparou um documento informativo que fornece uma visão geral das principais disposições da nova Diretiva, com foco no que o contribuinte pode fazer. O objetivo é o de ajudar os auditores e consultores europeus com o conhecimento que lhes permitirá ajudar os seus clientes contribuintes a lidar com disputas com dupla tributação, navegando pelas novas regras.

Poderá consultar o referido documento informativo no *website* da Accountancy Europe em www.accountancyeurope.eu

Como garantir o financiamento para as PME? Oportunidades de financiamento da UE – Documento Informativo da Accountancy Europe

Para estimular o crescimento e fortalecer a competitividade das PME, a UE administra vários programas de financiamento que podem beneficiar pequenas empresas, como a *Horizon Europe*. A Accountancy Europe apresenta os diferentes programas de financiamento num documento informativo denominado “Como garantir o financiamento para as PME - oportunidades de financiamento da UE”.

Os orçamentos dedicados a estes programas podem ser generosos, mas os processos de aplicação podem ser uma tarefa esmagadora. Com um conhecimento específico dos processos de financiamento da UE e uma profunda compreensão das necessidades das PME, os auditores e consultores podem ajudar os empreendedores a aproveitar ao máximo o que a UE tem a oferecer, ou seja, garantir o financiamento adequado para os seus negócios.

As PME representam 99% do tecido empresarial da UE e, no entanto, nos últimos 10 anos, 8 em cada 10 foram encerradas. Há muitas razões para isto mas a principal razão deve-se à falta de recursos financeiros. Em 2017-2018, a rentabilidade e a liquidez foram apontadas como os dois principais desafios de negócio enfrentados pelas *start-ups*. Segundo o Relatório Anual da Comissão Europeia, 9 em cada 10 PME da UE são micros, o que significa que trabalham com menos de 10 funcionários. Com esses recursos limitados, encontrar clientes e força de trabalho qualificada, ao mesmo tempo em que cumpre a regulamentação, é um desafio diário.

Poderá consultar o referido documento informativo no *website* da Accountancy Europe em www.accountancyeurope.eu

Extrato de “*O Pequeno Caminho das Grandes Perguntas*”

José Tolentino Mendonça

Momento de leitura

“Não conseguimos dizer para onde caminhamos

TALVEZ ESTEJAMOS APENAS NUMA ENCRUZILHADA, a agulha da bússola ainda não se tenha estabilizado na indicação de um norte e tudo isto seja normal. Talvez seja só uma questão de tempo e daqui a nada vejamos mais claro. Contudo, seria equívoco não reconhecer até que ponto vivemos um daqueles momentos em que não conseguimos dizer ao certo para onde caminhamos - nem como sociedades, nem como sociedades, nem como indivíduos. E, no aglomerado intrincado dos problemas que fazem parte da equação, sobressai, de forma cada vez mais nítida, o uso das tecnologias e o custo humano que lhe está associado, sobre os quais ainda refletimos pouco.

O diagnóstico é bem patente: a par dos elementos indiscutivelmente positivos que a comunicação digital permite (incremento da comunicação humana, agilização dos processos de trabalho, possibilidade de nos conectarmos em qualquer lado e em qualquer momento...), descobrimo-nos a viver entre uma dependência forçada e uma hipnose, exaustos, mas incapazes de desconectar, capturados pela rede, devorados pela obsidante solicitação da única verdadeira cidade que nunca dorme. O *e-mail*, o *Whatsapp*, o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram* alteraram de tal maneira os nossos quotidianos, tornaram-se de tal modo preponderantes e invasivos que a pergunta que se coloca é se não estarão também a alterar-nos a nós mesmos.”

Extrato de “*O Pequeno Caminho das Grandes Perguntas*”
de José Tolentino Mendonça, edição Quetzal de setembro de 2017

Formação contínua

Durante o ano de 2019 foram lançados novos cursos de formação que mereceram uma boa avaliação por parte dos participantes. De destacar nos novos cursos oferecidos a formação, que decorreu em Lisboa, no Porto e, excecionalmente, em Viseu, denominada “Guia de aplicação das ISAs - conceitos fundamentais e orientação prática”, a qual mereceu uma excelente avaliação, sendo de realçar a elevada componente prática do curso, aliada à adequada interpretação e aplicação dos procedimentos previstos nas normas internacionais de auditoria.

Este ano, a Ordem introduziu algumas alterações na tipologia de formações oferecidas. Assim, assistimos a formações multidisciplinares, como a ação “Due dilligence financeira, fiscal e legal” que contou com formadores especialistas na área legal de um escritório de advogados, bem como com diferentes especialistas da área financeira e da área fiscal de uma empresa de consultoria e auditoria e a ação “Corporate governance – alavancar a expertise dos ROC”, que juntou formação académica com formadores não académicos; assistimos também a formação com duração superior a um dia, como a ação “Direito da insolvência” com duração de 4 meios dias, e a uma oferta muito mais acentuada de formações de meio dia, dependendo da complexidade da matéria.

Como tinha sido anunciado, foi reforçada a oferta de formação na área tecnológica, sendo de destacar os novos cursos de especialização na área do Excel (“Excel - power query”, “Excel - análise de dados com tabelas dinâmicas” e “Power BI – construção de dashboards”), bem como na área do Direito, a qual contou com os novos cursos “Pode um sócio de uma sociedade por quotas ou sociedade anónima responder pelas dívidas da sociedade?”, “A (in)segurança dos negócios jurídicos” e “O novo regime de conversão de suprimentos em capital social”.

A recente motivação da Ordem em divulgar conteúdos técnicos ligados à auditoria a profissionais que lidam com Revisores no exercício das suas atividades tem-se revelado de sucesso, tendo-se registado afluência às ações da Ordem de colaboradores oriundos do mundo empresarial, sensibilizados por ações de manifestação de interesse desenvolvidas por colegas. A partilha de experiências empresariais em conjunto com profissionais de áreas conexas tem-se revelado de interesse mútuo.

Reitera-se neste espaço o desafio que tem vindo a ser efetuado para que os colegas enviem para o e-mail dformacao@oroc.pt ou lanacoreta@oroc.pt os contributos que considerem úteis para a área de formação da Ordem.

Curso de Preparação para Candidatos a ROC

À semelhança de anos anteriores, em outubro de 2019 teve início mais uma edição do Curso de Preparação para ROC, que decorrerá até o final de 2020. Para um melhor aproveitamento do curso enquanto base de preparação para o exame, a Ordem decidiu este ano oferecer a todos os candidatos o enunciado dos exames dos 3 anos anteriores, bem como reforçar a orientação dos docentes com vista à discussão da sua resolução. Como em anos anteriores, o curso decorre em formato presencial, na sede, em Lisboa, e nas instalações dos Serviços Regionais do Norte, no Porto. Este ano ambas as turmas rondam 35 inscrições, cada. Damos desde já, por esta via, as boas vindas a estes potenciais revisores! Quaisquer questões relacionadas com o Curso de Preparação para ROC devem ser enviadas para email cproc@oroc.pt.

Plano Atualizado de Formação Contínua 2020

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	set	out	nov	dez
Auditoria											
Planeamento de auditoria, avaliação do risco e materialidade 2.ª ed											
Procedimentos de conclusão de auditoria, de finalização do trabalho e preparação da CLC ou relatório de auditoria											
Procedimentos analíticos em auditoria											
Auditoria a grupos de empresas (vertente prática)											
Continuidade: procedimentos de auditoria e impacto na CLC											
Auditoria a controlos aplicacionais											
Conclusão e Relatórios de auditoria											
Guia de Aplicação das ISA 2.ª ed											
Matérias Relevantes de Auditoria a incluir na CLC											
Fraude e branqueamento de capitais - impacto na função de ROC											
ISA 230 - Documentação de auditoria utilizando o SIPTA											
ACD - Auditing software											
Papeis de trabalho - Formação caseware											
Papeis de trabalho - Formação Idea											
GAT 18 2.ª ed											
Leitura crítica das DF e ceticismo profissional Novo											
Responsabilidade do ROC nas Entidades de Interesse Público Novo											
Data Science e Audit Analytics											
Auditoria aos sistemas informáticos 2.ª ed											
Confirmações externas Novo											
Amostragem estatística em auditoria											
Auditoria ao Rêdito Novo											
Auditoria a estimativas contabilísticas Novo											
Qualidade e Organização											
Sistema interno de controlo de qualidade para pequenas e médias SROC											
Aspetos administrativos numa firma de auditoria											
O Novo Código de Ética do IFAC Novo											
Código de ética - análises de casos Novo											
Controlos de segurança de informação p/assegurar compliance com RGPD											
Impactos dos resultados do controlo de qualidade na documentação de auditoria Novo											
Revisão do controlo de qualidade do trabalho Novo											
Inspeção de dossiers de auditoria após emissão da CLC Novo											
Responsabilidade pela monitorização do SICQ Novo											
Contabilidade e Relato Financeiro											
Impostos diferidos											
Sistema de Normalização Contabilística - Administrações Públicas											
Sistema de Normalização Contabilística visto à lupa Novo											
Consolidação de contas - introdução											
Consolidação de contas avançada											
IFRS 9 - Instrumentos financeiros											
Rêdito de contratos com clientes (IFRS 15)											
IFRS 16 - Locações											
SNC vs SNC AP 2.ª ed											
IFRIC 12 - Concessões 2.ª ed											
SIC / IFRIC emitidas pelo IASB 2.ª ed											
Transição para o SNC AP Novo											
Contabilização de operações de cobertura de risco Novo											
Direito											
Código das Sociedades Comerciais - aspetos relevantes para o ROC 2.ª ed											
Pode um sócio de uma sociedade responder pelas suas dívidas? 2.ª ed											
O novo regime de conversão de suprimentos em capital social 2.ª ed											
A (in)segurança dos negócios jurídicos 2.ª ed											
Regime jurídico do revisor oficial de contas											
Código dos valores mobiliários Novo											
Código da contratação pública											
Regulamento Geral da Proteção de Dados											
Lei dos compromissos e pagamentos em atraso											
Processos de Due Dilligence 2.ª ed											
Direito da insolvência 2.ª ed											
Reestruturações e reorganizações societárias											
Dissolução, liquidação e insolvência de sociedades											

Plano Atualizado de Formação Contínua 2020

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	set	out	nov	dez
Fiscalidade											
Orçamento do Estado											
Encerramento de Contas na Perspetiva Fiscal e preenchimento mod. 22											
Contencioso tributário											
Preços de transferência											
Benefícios fiscais											
Recuperação do IVA em créditos incobráveis e de cobrança duvidosa											
Enquadramento Fiscal dos Gastos com o Pessoal											
Código dos regimes contributivos do sistema Previdencial da Segurança Social											
Fiscalidade por rubricas do Ativo e do Passivo											
Fiscalidade por rubricas do Capital Próprio e da Demonstração dos Resultados											
Código fiscal do investimento - regulamentação do RFAI e DLRR											
IMT											
Jurisprudência arbitral em IRC											
Jurisprudência arbitral em IVA											
Regime fiscal dos trabalhadores independentes											
Serviços intragrupo e preços de transferência 2.ª ed											
Operações Financeiras e preços de transferência 2.ª ed											
Direitos de propriedade intelectual e preços de transferência 2.ª ed											
Comunicação dos Inventários à AT Novo											
Alterações fiscais											
Enquadramento contabilístico e fiscal de subsídios Novo											
Fusões e concentrações - aspectos legais e fiscais Novo											
Imposto sobre o valor acrescentado - aspetos práticos Novo											
IVA quick fixes – simplificação da tributação das transações entre Estados-Membros Novo											
Governance											
Corporate governance 2.ª ed											
Regulação comportamental 2.ª ed											
Prevenção e branqueamento de Capitais na Banca Novo											
Empresas familiares e sucessão Novo											
Qualidade da informação financeira 2.ª ed											
Auditoria contínua 2.ª ed											
Atuação do ROC enquanto auditor e enquanto membro do órgão de fiscalização Novo											
Auditoria interna baseada no risco Novo											
Tecnologia											
Excel - PowerQuery 2.ª ed											
Excel - Análise de dados e construção de tabelas dinâmicas 2.ª ed											
PowerBI e construção de dashboards 2.ª ed											
Office 365											
Outlook e gestão de email e calendário											
OneNote App											
Fundamentos de marketing digital											
Transformação digital											
Data analytics e deteção de anomalias 2.ª ed											
Outros											
Avaliação de empresas											
Controlo de Gestão e criação de valor 2.ª ed											
Insolvência, PER, PEAP e RERE											
FATCA, CRS, CBEI e RCBEF - Troca automática de informações											
Futuros e opções 2.ª ed											
Mindfulness: treinar a atenção para otimizar bem estar e produtividade Novo											
Sociedades desportivas 2.ª ed											
Gestão de RH e captação de talento Novo											
Avaliação de bens imobiliários Novo											
Regime legal e fiscal de fundos de investimento Novo											



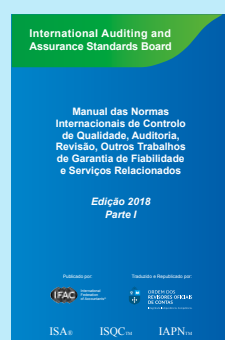
ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Publicações da OROC

Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados

Edição 2018 Parte I



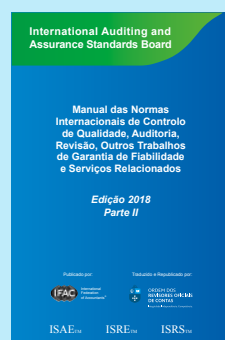
Compreende:

Textos Introdutórios. Glossário de Termos, Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1), todas as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e a Recomendação de Práticas Internacionais de Auditoria IAPN 1000 – Considerações Especiais na Auditoria de Instrumentos Financeiros.

€ 35,00 P.V.P.
(IVA incluído)

Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados

Edição 2018 Parte II



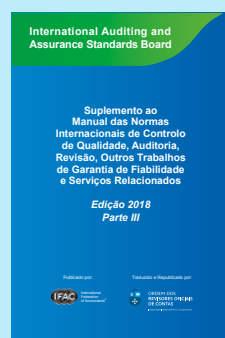
Compreende:

As Normas Internacionais de Trabalhos de Revisão, as Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e as Normas Internacionais de Serviços Relacionados.

€ 25,00 P.V.P.
(IVA incluído)

Suplemento ao Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados

Edição 2018 Parte III



Compreende:

O Referencial para a Qualidade da Auditoria: Elementos Chave que Criam um Ambiente para a Qualidade da Auditoria e o Referencial Internacional para Trabalhos de garantia de Fiabilidade.

€ 15,00 P.V.P.
(IVA incluído)

O preço de aquisição dos 3 volumes conjuntamente é de € 65,00 (IVA incluído)

SEDE:
Rua do Salitre n.º 51
1250-198 Lisboa
T 21 353 61 58 | F 21 353 61 49

SERVIÇOS REGIONAIS DO NORTE:
Av. da Boavista, n.º 3477/3521, 2.º
4100-139 Porto
T 22 616 81 17 | F 22 610 21 58

www.oroc.pt